



MANUELZÃO

UFMG Saúde, Ambiente e Cidadania na Bacia do Rio das Velhas

68

ANO 16

MARÇO DE 2013



Além da conta

Dinheiro parado:
gestão do Fhidro
em xeque

Saldo negativo:
transposição ainda
mais cara

Em dívida:
planos de saneamento
longe da meta

Chicos

RIQUEZAS DO SÃO FRANCISCO



FOTO: LEO DRUMOND

12

Poluição difusa 5
Esforços somados no combate

Biocombustíveis 10
Números ainda decepcionam

Córrego Capão 18
Lucros da mobilização social

Acontece 22
Investimentos para a Meta 2014



Informativo do Projeto Manuelzão UFMG e de suas parcerias institucionais e sociais pela revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Fundado em 1997 na Faculdade de Medicina da UFMG.

Coordenação Geral:
Marcus Vinícius Polignano
mupoli@medicina.ufmg.br
Apolo Heringer Lisboa
apololisboa@gmail.com
Coordenação NuVelhas:
Thomaz da Matta Machado
Biomonitoramento:
Carlos Bernardo, Marcos Callisto,
Mascarenhas e Paulo Pompeu
Recuperação vegetal:
Maria Rita Muzzi
Mobilização social e
Educação ambiental:
Lísia Godinho
Rogério Sepúlveda e
Tarcísio Pinheiro
Comunicação Social:
Elton Antunes
Publicações:
Eugênio Goulart

Redação e Edição
Anna Cláudia Pinheiro, Eduarda
Rodrigues, Luís Cunha, Mateus
Coutinho, Natália Ferraz e Victor
Vieira

Diagramação e Ilustração
Plínio Alcântara
Capa: Plínio Alcântara
Projeto gráfico: Atelier de
Publicidade do curso de
Comunicação Social da UFMG sob
a coordenação de Paulo Bernardo
Vaz.
Impressão: Fumar

É permitida a reprodução de matérias
e artigos, desde que citados a fonte e o
autor. Os artigos assinados não exprimem,
necessariamente, a opinião dos editores da
revista e do Projeto Manuelzão.

Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Medicina Preventiva e
Social Internato em Saúde Coletiva
Avenida Alfredo Balena, 190, 8º andar - sl.
813, BH - MG. CEP: 30130-100
(31) 3409-9818 www.manuelzao.ufmg.br
manuelzao@manuelzao.ufmg.br

PARCERIAS E PATROCÍNIO



COLABORAÇÃO



51 municípios da Bacia do Rio das Velhas

Comitê da Bacia do Rio São Francisco

Mais que números

Caro leitor,

Muita gente pode até não gostar, mas fazer contas é essencial para nossas vidas. Quer seja na compra de supermercado, quer seja para quitar dívidas no final do mês, é sempre bom ficar atento com o que e como se gasta. Quando o assunto é cuidar do meio ambiente não é diferente. Cada centavo utilizado para tratar, recuperar ou monitorar os cursos d'água deve ser muito bem gasto para que tanto as contas quanto os rios e córregos não fiquem no vermelho.

Infelizmente nesta edição você vai ver que nem sempre é assim. As águas de Minas, por exemplo, estão com sérios problemas para acessar seu cofre (p. 6). Enquanto isso, no São Francisco o dinheiro já passou da conta, mas a concepção e as ações de revitalização estão no negativo (p.20). Em Belo Horizonte, a poluição do ar continua crescendo exponencialmente e o poder público não calcula direito como investir em alternativas aos combustíveis fósseis (p. 10).

Fora do nosso estado muitas contas também parecem não fechar. Municípios de todo o país estão em débito com os planos de saneamento e não têm outra opção que não seja pensar soluções até o fim deste ano (p.14). Apesar de tantas dificuldades, os cursos d'água também podem contar com números a seu favor. Com o esforço da comunidade e o apoio do Manuelzão, o Córrego Capão vem somando forças para ter dias melhores outra vez (p.18). Enquanto isso, o Manuelzão multiplica a participação dos diferentes atores ao longo da Bacia do Velhas para garantir sua revitalização (p.5).

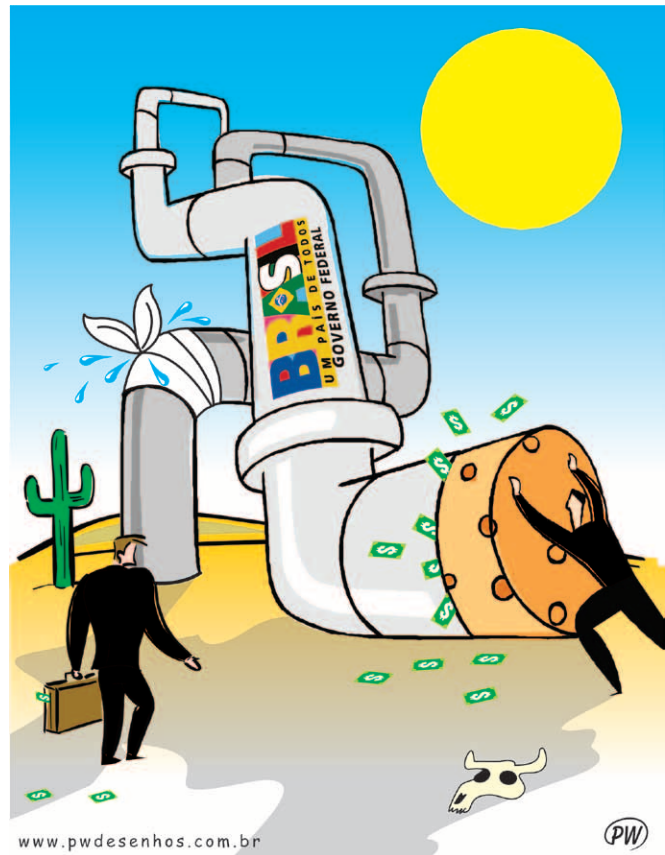
Por fim, um jornalista e um fotógrafo mineiros retratam a vida de ribeirinhos e provam que a riqueza do Velho Chico não tem como ser calculada (p.12). Aproveite a leitura e veja porque, quando se trata de meio ambiente, as contas vão muito além dos números.

Boa leitura!

“O Estado deve dar estrutura para que os comitês de bacia desenvolvam seu trabalho de forma razoável”

COORDENADOR REGIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE MEIO AMBIENTE DAS BACIAS DOS RIOS DAS VELHAS E DO PARAÓPEBA, CARLOS EDUARDO FERREIRA PINTO

Transposição do Rio São Francisco



Colaboração de Paulo Baraky Werner

“Você está errado, secretário. Mude ou se demita”

IDEALIZADOR DO PROJETO MANUELZÃO, APOLO HERINGER LISBOA, ENVIA RECADO AO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE DE MINAS GERAIS, ADRIANO MAGALHÃES, DURANTE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE PROBLEMAS DO FHIDRO

“O que temos visto no poder público é um discurso de defesa do biocombustível, que é importante e vai gerar ganhos sociais. Mas ficam só no discurso, faltam ações concretas”

FRANCISCO OLIVEIRA, PRESIDENTE DA ONG TREM, QUE DEFENDE FORMAS DE TRANSPORTE SUSTENTÁVEL



O Projeto Manuelzão recebe cartas, músicas, poesias e mensagens eletrônicas de vários colaboradores. Nesta coluna, você confere trechos de algumas dessas correspondências. Envie também sua contribuição. Participe de nossa revista! revista@manuelzao.ufmg.br

Indignar para transformar

MARCUS VINICIUS POLIGNANO
Coordenador geral do Projeto Manuelzão

No texto *Eu sei, mas não devia*¹ Marina Colasanti afirma que: *“a gente se acostuma a abrir o jornal e a ler sobre a guerra. E, aceitando a guerra, aceita os mortos e que haja números para os mortos. E, aceitando os números, aceita não acreditar nas negociações de paz. E, não acreditando nas negociações de paz, aceita ler todo dia da guerra, dos números, da longa duração.*

A gente se acostuma à poluição. Às salas fechadas de ar condicionado e cheiro de cigarro. À luz artificial de ligeiro tremor. Ao choque que os olhos levam na luz natural. Às bactérias da água potável. À contaminação da água do mar. À lenta morte dos rios. Se acostuma a não ouvir passarinho, a não ter galo de madrugada, a temer a hidrofobia dos cães, a não colher fruta no pé, a não ter sequer uma planta”.

A gente se acostuma à poluição dos rios como se fosse um fato natural com a presunção de que somos o centro da vida e do planeta. Por causa da visão antropocêntrica do mundo, de dominação sobre a natureza, canalizamos os córregos e os obrigamos a fluir em canais de concreto, sem vida. Depois nos espantamos quando as avenidas sobre eles inundam e se tornam rios outra vez. E, por nos acostumarmos, entendemos que as enchentes fazem parte do cotidiano das cidades; e os prejuízos, daqueles que estão no caminho da correnteza.

Nos acostumamos à transposição do Rio São Francisco, que antes custaria R\$ 4,5 bilhões e deve chegar aos R\$ 20 bilhões. Sem planejamento e de concepções equivocadas, o projeto se perde em obras mal feitas e inacabadas, que cada vez geram mais custos. E para justificar politicamente tal insensatez fala-se em redenção das populações dispersas pelo semiárido nordestino, que vivem o flagelo da seca e de ações equivocadas.

Redescobrimos os rios quando os reservatórios

das hidrelétricas atingem níveis críticos a ponto de gerar apagões, aumento do custo da energia, e prejuízos econômicos. Esquecemos as populações ribeirinhas e a ecologia aquática. Atribuímos ao imponderável – fatores climáticos – a irresponsabilidade na gestão das águas.

A gestão dos recursos hídricos vai mal porque os comitês de bacia hidrográfica (CBHs) estão sendo esvaziados politicamente. Sem dinheiro e suporte técnico, eles não podem exercer na plenitude as competências estabelecidas pela Lei 9433/97, que define uma composição democrática tripartite – usuários, governo e sociedade civil – para discutir a gestão das bacias. Sem estrutura operacional, não tem como avaliar tecnicamente as outorgas e discutir empreendimentos com impacto direto no futuro da bacia.

Mas o Projeto Manuelzão não se acostuma com as coisas erradas e vem se posicionando contra este esvaziamento político dos comitês. Participamos de ampla mobilização em novembro do ano passado, que culminou em uma audiência pública na Assembleia Legislativa e na criação de uma frente parlamentar pluripartidária para discutir a gestão das águas no estado e o fortalecimento dos comitês.

A sociedade tem que participar desta luta e, sobretudo, não permitir qualquer retrocesso no CBH Velhas. Esperamos que as nomeações de Marília Melo e Carla Vasconcelos representem sinais de mudanças de atitudes e de rumos na política ambiental.

Como Marina Colasanti afirma no final do seu texto: *“A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele... A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que, gasta de tanto acostumar, se perde de si mesma”.* O Projeto Manuelzão se propõe a mudar esta história. ♦



FOTO: ASLEY RAVAL

1 - O texto acima foi extraído do livro *Eu sei, mas não devia*, Editora Rocco - Rio de Janeiro, 1996, pág. 09.

Divisão de tarefas

SEMINÁRIOS DE PACTUAÇÃO DA META 2014 REFLETEM SOBRE OS RUMOS DA REVITALIZAÇÃO DO VELHAS

EDUARDA RODRIGUES E VICTOR VIEIRA
Estudante de Comunicação Social da UFMG e Jornalista

Foram sete anos de Meta 2010 e já se somam quase outros três de Meta 2014, sempre com o objetivo da recuperação ambiental da Bacia do Rio das Velhas. O saneamento básico foi, nesse período, a frente do programa de revitalização que começou a trazer o peixe para mais perto da Região Metropolitana de Belo Horizonte, centro da degradação na Bacia. Agora é o momento de se pensar em outras causas de danos, como a poluição difusa, e em novas parcerias, fundamentais para o sucesso do projeto estratégico.

Com essa ideia foram realizados dois encontros no fim de 2012 para debater formas de tornar as atividades produtivas eficientes também no aspecto ambiental. Os Seminários de Pactuação da Meta 2014, dos Ribeirões da Mata e do Onça, reuniram setor privado, poder público e sociedade civil para discutir o diagnóstico da poluição hídrica da Bacia e garantir a continuidade da revitalização.

AMPLIANDO O FOCO

Um grande passo dado pela Meta 2010 no setor industrial foi em relação às grandes empresas. “Praticamente todas tinham como objetivo fazer a melhoria no lançamento de efluentes”, explica o gerente de meio ambiente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Wagner Soares.

Durante os Seminários foi apresentada a necessidade

de se trabalhar com outras formas de poluição, não apenas as de grande porte. O próximo alvo da mobilização são empreendimentos menores. “Os pequenos empresários têm dificuldades de atender às solicitações [ambientais]. A melhoria implica investimento e eles, muitas vezes, não possuem capital”, afirma Wagner.

A revitalização ambiental tem duas etapas importantes: controle da poluição pontual – como esgotos domésticos e efluentes industriais – e da poluição difusa – sem foco definido: resíduos de pneus, lubrificantes e até fezes de animais. Para o mobilizador do Subcomitê do Ribeirão da Mata, Procópio de Castro, o problema principal da poluição difusa é que um conjunto de fatores pode gerá-la, dificultando o mapeamento. As Bacias dos Ribeirões da Mata, Jequitibá, Arrudas e Onça são as mais críticas na área da Meta 2014.

BÚSSOLAS DA REVITALIZAÇÃO

Durante o Seminário do Ribeirão do Onça, a Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) apresentou as propostas para o Plano de Melhoria da Gestão de Efluentes Líquidos Industriais (PMGE) e o Plano de Ação. Os documentos tratarão de setores como o metalúrgico, o químico e o alimentício, em 21 municípios da Bacia.

Segundo a gerente do Projeto Estratégico Meta 2014, Mariana Bouchardet, ambos os planos serão feitos por uma empresa especializada e o processo de licitação está em andamento com previsão de conclusão em agosto. “Por ser uma ação inovadora, nunca executada no Brasil, não há pré-diagnóstico e o trabalho será executado em 18 meses”.

O PMGE será desenvolvido em três fases. A primeira é o diagnóstico – mostrar como é a gestão dos efluentes na área dos estudos dos processos produtivos, localização de empreendimentos, tipos de efluente industrial e dos corpos d’água onde são feitos lançamentos. As etapas seguintes são a análise e consolidação do diagnóstico e proposta de redução de volume dos principais poluentes.

O Plano de Ação consiste na previsão de medidas para reduzir a carga poluidora, considerando modificações e metodologias necessárias. Mariana explica que após o encerramento de cada fase, haverá seminários de consulta aos órgãos ambientais do Estado, comitês de bacia hidrográfica, entidades, associações, sindicatos e agência de bacia. ♦

Mapeamento servirá para controle da poluição difusa na Bacia



Acertos de contas

ATRASOS EM REPASSES DE VERBAS AOS COMITÊS DE BACIA EXPÕEM FRAGILIDADES DO FUNDO DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS

MATEUS COUTINHO E VICTOR VIEIRA
Jornalistas

Está em manuais de economia doméstica. Manter uma conta com objetivo específico – dar entrada no carro ou para as férias de verão – é uma boa dica ao administrar o orçamento da casa. As águas em Minas também possuem cofre próprio. O Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (Fhidro) foi criado em 1999 e sua função é custear projetos e programas de racionalização do uso e melhoria das condições dos recursos hídricos.

A regulamentação do Fundo, que apoia ações do Governo do Estado e de outros proponentes, terminou somente em 2006. Desde então foram aprovados 138 projetos, com 67 na Bacia do São Francisco. Deste total, menos de um terço já foi concluído e 45 ainda serão conveniados. As regras definem que o Fundo não pode ter verbas retidas ou usadas em outras áreas.

Pelos cálculos de movimentos ambientalistas, porém, as contas não fecham. Sob suspeita de contingenciamento de recursos – quando o Estado segura a liberação de dinheiro por dificuldades de caixa – há problemas com o baixo número de projetos financiados e atraso nos repasses aos comitês de bacia hidrográfica (CBHs). A polêmica motivou uma audiência pública na Assembleia Legislativa em dezembro, que deixou mais dúvidas que respostas. Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Semad), o saldo atual do Fhidro é de R\$ 370 milhões – à espera de uma solução para os impasses.

NA BRONCA

Boa parte das reclamações sobre o Fhidro vem dos comitês. Durante 2012 houve atraso no repasse trimestral de verbas do Fundo, usadas para cobrir parte dos gastos de funcionamento destes órgãos. “O Comitê do Paraopeba não recebeu um tostão”, conta o secretário executivo do Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Paraopeba, Mauro da Costa Val.

Sem ajuda financeira do Estado, muitos comitês passam a depender de voluntários e apoio de entidades para manter as portas abertas. Segundo o presidente do CBH Velhas, Rogério Sepúlveda, este corte de dinheiro desmontou a estrutura de vários comitês de bacia. O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) informa que todas as parcelas foram quitadas antes de 2013. De acordo com o Instituto, a suspensão do pagamento é fruto de um questionamento jurídico em relação à lei que cria o Fhidro.

Desde dezembro de 2009, baseado em decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e com decreto do Governo do Estado, o Fundo previa a destinação de até 7,5% do seu total para a estruturação física e operacional dos 36 CBHs mineiros. Em contrapartida, os comitês teriam que apresentar no CERH o relatório de despesas – como diárias de viagem, telefonemas e energia elétrica.

Em 2012, porém, o Igam solicitou à Advocacia Geral do Estado

CBH Velhas toma susto

Em meio às polêmicas envolvendo o Fhidro, em 2012 o CBH Velhas foi duramente abalado e teve que demitir toda sua equipe, como mostramos na Revista 67. Isso porque o Comitê usava parte dos recursos da cobrança pelo uso da água para custear sua estrutura, o que não seria permitido pela lei. Como o CBH atuava há muitos anos dessa forma, já que não dispunha de outra fonte de recursos para se estruturar, a situação irritou vários membros. Para resolver o impasse, o Comitê terá que terceirizar por meio de uma empresa a contratação da equipe. “Vai se gastar mais dinheiro com isso. O Estado, que devia zelar pelo bem público, está indo contra o bom uso do recurso”, critica o presidente do CBH Velhas, Rogério Sepúlveda.



FOTO: WILSON DIAS/ALMG

Ambientalistas não saíram satisfeitos com explicações do Igam sobre o Fhidro na Assembleia Legislativa



Modelo complexo

Desde que foram regulamentados, em 1997, os comitês de bacia enfrentam o desafio do financiamento de suas ações. Isso ocorre porque não se dimensionou adequadamente a natureza e a quantidade de atividades demandadas para a gestão das águas. “Quando surgiram a lei federal e as estaduais, não se tinha clara a dificuldade que haveria para construir o sistema que foi anunciado”, conta a professora de Ciência Política da Universidade de Brasília e especialista em comitês de bacia, Rebecca Abers.

Segundo ela, como o sistema de cobrança pelo uso da água demorou a entrar em funcionamento no país – a Agência Nacional de Águas (ANA) começou a implantar a cobrança nos rios que cortam mais de um estado em 2001 e, em Minas, ela foi regulamentada em 2005 – vários comitês, como o Velhas, bus-

caram outras formas de financiamento. Parcerias com ONGs, universidades e até com empresas se tornaram essenciais para a sobrevivência e atuação destes órgãos: “É uma capacidade executiva que desenvolveram. Agora é estranho pedir para eles [CBHs] pararem de ter essa mobilização e gestão, que funcionam muito bem”, comenta Rebecca.

Na avaliação da especialista, é importante rever a legislação para garantir sustentabilidade aos CBHs. O superintendente adjunto de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos da ANA, Victor Supcira, por outro lado, acredita que as normas federais não são restritivas e há flexibilidade para que os CBHs busquem fontes diversas, da iniciativa privada aos organismos internacionais. Em comitês de bacias interestaduais, a ANA dá ajuda financeira antes do início da cobrança pelo uso da água. Em 2012 o dinheiro pago pelos recursos hídricos foi de quase R\$ 140 milhões para 23 bacias estaduais e quatro interestaduais.

(AGE) análise técnica sobre a possibilidade de o Fundo custear atividades dos comitês. “Houve mudança na interpretação da legislação”, explica a vice-diretora do Igam, Daniela Diniz. O parecer da AGE é de que não existe na Lei 45.910/99, de criação do Fhdro, item que permita o financiamento de CBHs.

O novo entendimento é de que os comitês, como outros órgãos ligados ao Estado, não podem usar os recursos em pagamento de equipe ou despesas de funcionamento, mas para contratar serviços. “O próprio Sistema Estadual de Meio Ambiente só teve ciência disso com a norma da Diretoria de Convênios, que pediu que se especificassem os custos”, conta a vice-diretora. Ela afirma que os repasses foram interrompidos até que os CBHs ajustassem suas contas de acordo com as exigências.

“Qualquer mudança de regra precisa ser bem discutida”, defende o representante do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia Hidrográfica, Gustavo Gazzinelli. A principal queixa é de que a terceirização das atividades vai burocratizar e encarecer o trabalho. Para Rogério Sepúlveda, não faz sentido que um órgão de Estado dependa de outros para aplicar o recurso. “É uma solução quebra-galho” [ver box].

Financiamento de comitês e agências

DINHEIRO DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA DOS USUÁRIOS DA BACIA, DEFINIDO PELA AGÊNCIA E PELO COMITÊ*

7,5% - Custeio de agência e comitê (estrutura física e equipe)

92,5% - Execução de planos e projetos definidos pela agência e pelo comitê

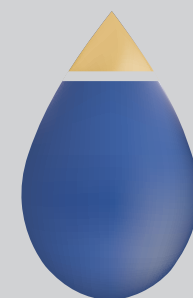
RECURSOS DO FHIDRO

7,5% - Custeio e operacionalização dos comitês de bacias estaduais

OUTRAS FONTES DE APOIO TÉCNICO E RECURSOS

Parcerias com ONGs, empresas, universidades e poder público local

*Em Minas, quatro bacias interestaduais e nove estaduais fazem cobrança pelo uso da água



Fonte: ANA e Igam

CERCADO DE PROBLEMAS

Não é só no apoio aos comitês que o Fhidro deixa a desejar. De acordo com os protestos, falta transparência na elaboração dos editais e é pequena a verba para projetos vindos da sociedade, que são feitos a partir de empréstimos ou com recursos sem devolução prevista. Os métodos de avaliação das demandas são considerados ineficazes. “Os critérios são subjetivos e políticos”, afirma Mauro da Costa Val.

De acordo com o Igam, o problema não está na análise técnica. “A maioria dos projetos é de péssima qualidade. Mesmo os que se aprovam, são necessários vários ajustes”, afirma a vice-diretora do órgão, Daniela Diniz. Desde setembro de 2007 o Instituto realizou capacitações para elaboração de projetos. No ano passado também foram oferecidos 11 cursos em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). A Secretaria Execu-

tiva do Fhidro (Sefhidro) afirma que está aberta a sugestões para melhorar a avaliação e a ideia é tornar os critérios mais objetivos.

Outra reclamação é de que projetos, alguns aprovados em 2008, não receberam todas as parcelas previstas. De acordo com a Secretaria Executiva, muitas ações têm problemas com repasses por causa de pendências técnicas ou de prestações de contas. A Sefhidro alega que sua competência vai até a aprovação dos projetos e que, embora faça acompanhamentos dos trabalhos, eventuais atrasos no pagamento de parcelas são de responsabilidade da Semad. O órgão informa que os repasses respeitam os limites das cotas orçamentárias liberadas para o Fundo em cada ano.

COFRE BLINDADO

A atuação do Fhidro vai mal, mas o mesmo não se pode dizer de sua conta bancária, que tem fontes estáveis de recursos [ver box]. Com R\$ 370 milhões estacionados no saldo do Fundo, a preocupação dos ambientalistas é que os recursos caiam em outras áreas, não relacionadas à preservação de bacias. “O Estado não libera o dinheiro”, diz Rogério Sepúlveda.

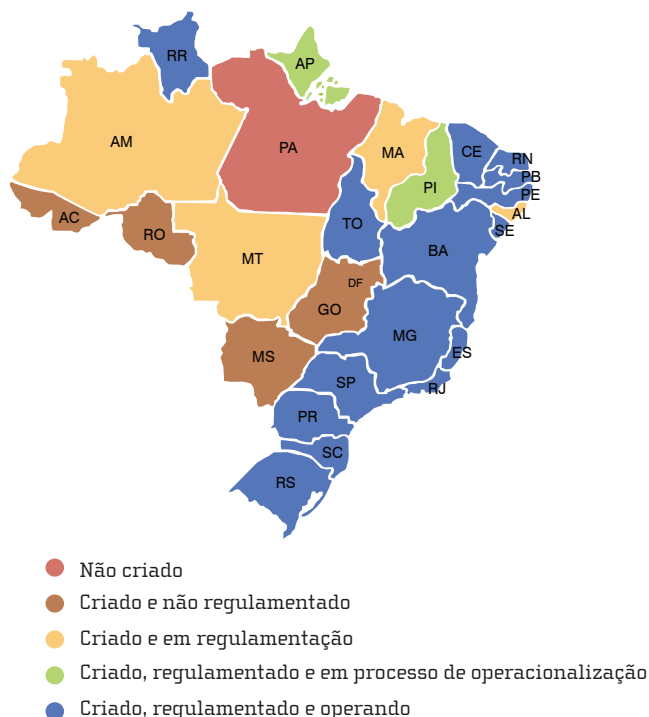
Para investigar as suspeitas de contingenciamento, a novela do Fhidro ganhou outro capítulo no Judiciário. A partir de denúncias e da audiência pública na Assembleia, foi instaurado um inquérito civil pelo Ministério Público de Minas. “Vamos apurar se o Fundo está sendo aplicado corretamente e o que foi feito com o dinheiro”, explica o coordenador regional das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente das Bacias dos Rios das Velhas e do Paraopeba, Carlos Eduardo Ferreira Pinto.

O Ministério Público, que já solicitou assento no CERH, aguarda manifestações dos comitês. O prazo para encerrar o inquérito é em dezembro de 2013. Para Mauro da Costa Val, o problema é o mesmo de outros setores da administração pública: “o caixa do Estado está voltado para interesses privados”.

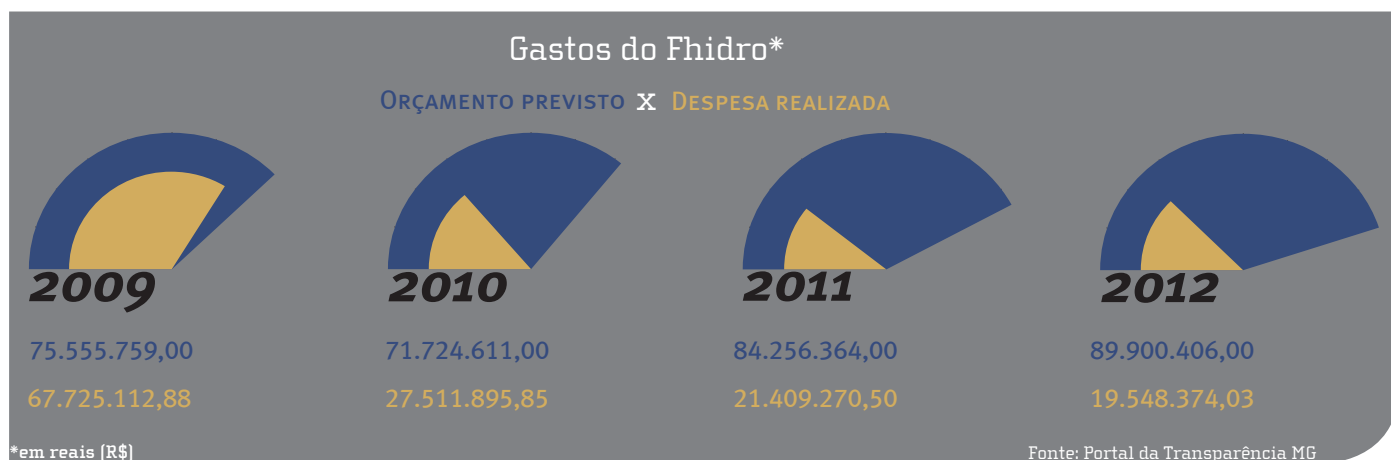
NOVA FASE?

O sinal vermelho para o Fhidro também acendeu no Conselho de Recursos Hídricos. Na última reunião do CERH, em dezembro do ano passado, o plenário suspendeu a proposta de edital do Igam, que reduzia o montante para projetos externos. Enquanto nos editais de 2010 e 2011 foram disponibilizados R\$ 30 milhões e R\$ 36 milhões, respectivamente, a proposta levada ao CERH em dezembro oferecia R\$ 20 milhões. A mudança de valor já era

Fundos estaduais de recursos hídricos no Brasil



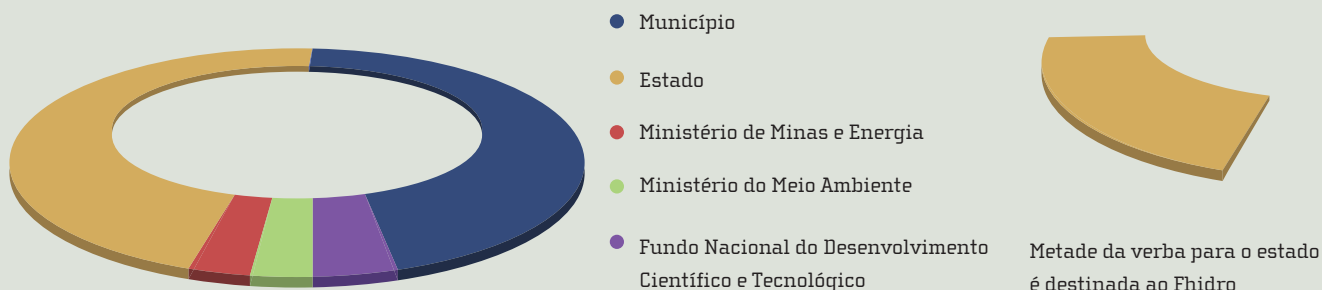
Fonte: ANA



Dos reservatórios aos fundos

Assim como no setor de petróleo, os chamados royalties das águas movimentam grandes cifras. A Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos para a Geração de Energia Elétrica (CFURH) é paga mensalmente por empresas e rateada entre municípios, governos estaduais e União. Pelas regras, não é possível empregar a compensação para abater dívidas, a menos que o credor seja a União, nem no pagamento de pessoal. A cota mineira da CFURH é a principal fonte de recursos do Fhidro, além do Fundo de Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça, doações, transferências de fundos federais, entre outros.

Divisão dos royalties da água



Em junho de 2010 o Conselho Nacional de Recursos Hídricos recomendou que fosse editada medida provisória vinculando percentuais mínimos da CFURH aos fundos estaduais das águas, que receberiam pelo menos 70% desta verba até 2020. O Fundo Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo (Fehidro) já recebe 100% dos royalties da água que cabem ao estado, sendo que 10% é destinado à estruturação de comitês. Em Minas, ambientalistas reivindicam aumento do percentual que vai para o Fhidro, atualmente em 50%.

Em 2012 as compensações financeiras pagas por geração de energia renderam cerca de R\$ 2,2 bilhões e Minas foi o estado que arrecadou mais – aproximadamente R\$ 171 milhões. A Agência Nacional de Energia Elétrica informa que o recente barateamento das contas de luz não afetará o total pago de royalties neste ano e a próxima revisão destes valores está prevista para 2016.

prevista na lei orçamentária anual.

De acordo com a vice-diretora do Igam, Daniela Diniz, a necessidade da diminuição foi identificada internamente. “Nunca foram apresentados projetos que atingissem o valor do edital. Dos R\$ 36 milhões do último ano, só foram alcançados R\$ 13 milhões. Então adequamos à realidade”. O restante do dinheiro será distribuído para outras atividades do Fundo e propostas externas apresentadas fora dos prazos do edital também são passíveis de financiamento.

Na opinião de Gustavo Gazzinelli, que também é do CERH, o edital foi divulgado de última hora – saiu só em dezembro – e deve haver mais detalhamento sobre os investimentos previstos. Uma comissão de conselheiros ficou responsável por elaborar nova proposta de edital e apresentá-la aos colegas em março. Segundo a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, o Fundo tem R\$ 96,8 milhões garantidos no orçamento de 2013.

Já se discute no Igam e na Assembleia Legislativa a proposta de que o Fhidro, previsto para acabar neste ano, se enquadre nos requisitos para que tenha prazo indeterminado. O coordenador do Fórum Mineiro de Comitês de Bacia Hidrográfica, Hideraldo Buch, conta que houve forte mobilização para elevar o percentual de repasses aos CBHs de 7,5% para 10%, agora sugerido no Projeto de Lei 3612/2012, de autoria do deputado Pompílio Canavez (PT). “O Comitê precisa ter sede, uma secre-

tária, um biólogo, um engenheiro ambiental”, argumenta Buch. O novo texto do Fundo deve estar aprovado no segundo semestre de 2013. ●

Deputados se mobilizam pelas águas

Para esclarecer os problemas na gestão do Fhidro e cobrar do Governo do Estado o repasse correto dos recursos, 28 deputados estaduais formaram a Frente Parlamentar em Defesa das Águas. Criada por iniciativa do deputado Pompílio Canavez (PT) durante a audiência pública feita em dezembro do ano passado, a Frente surgiu para rearticular os comitês. “O Estado deixou de fazer a gestão e repassar os recursos. Então a luta passou a ser organizar e mobilizar os comitês que estavam sendo desmontados”, conta Canavez. Dentre os objetivos da Frente está a exigência de que o Estado regularize o pagamento das parcelas trimestrais aos comitês e esclareça o suposto contingenciamento dos recursos do Fhidro. O governador Antonio Anastasia foi convocado pela Frente para prestar contas sobre o fundo em audiência pública, mas ainda não houve resposta à solicitação.

Pelo cano de descarga

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE DEIXA A DESEJAR NO USO DE BIOCOMBUSTÍVEIS, UMA IMPORTANTE ALTERNATIVA NO COMBATE À POLUIÇÃO DIFUSA

MATEUS COUTINHO
Jornalista

Com uma frota de mais de 1,5 milhão de veículos que não para de crescer, Belo Horizonte vem registrando um aumento intenso na emissão de gases poluentes. De acordo com o 2º Inventário de Emissão de Gases do Efeito Estufa da cidade, divulgado no ano passado pelo Comitê Municipal sobre Mudanças Climáticas e Ecoeficiência, as emissões totais de gás carbônico em BH aumentaram 45% de 2000 a 2010, último ano do levantamento. Os veículos são responsáveis por 72% do total das emissões no município. É nesse cenário que especialistas estudam o uso de biodiesel no transporte público, alternativa aos combustíveis fósseis no combate aos efeitos da poluição.

Em 2011, foi instituída a Política Municipal de Mitigação dos Efeitos da Mudança Climática, com a meta de reduzir, em quatro anos, as emissões de gases causadores do efeito estufa na cidade em 30%. Quase dois anos após a lei ser sancionada, contudo, os ônibus do transporte público municipal circulam sem alteração em seu combustível.

A BHTrans garante que usa a proporção de 5% de biodiesel nos combustíveis dos ônibus, quantidade já prevista desde 2010 por uma resolução da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A empresa também afirma que está estudando alternativas de combustíveis, como o gás natural e o etanol. Firmado em 2008, o contrato de concessão da BHTrans para operar os ônibus do transporte público municipal, no entanto, previa uma meta mais ousada, de 21% de biodiesel.

“O contrato não fala o prazo, mas estamos migrando. Algumas concessionárias já utilizam 10%, outras usam até 5% para ver o comportamento em termos financeiros e ambientais”, alega o diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos da BHTrans, Daniel Marx Couto. Segundo ele, os fabricantes ainda não produ-

zem ônibus com motores adaptados a uma quantia maior de biodiesel. Dessa forma, as empresas que utilizarem uma proporção muito acima do previsto na Lei perdem a garantia do fabricante em caso de problemas técnicos.

FALTA DE VONTADE

Para o economista e fundador da ONG Trem, entidade que luta por melhorias no sistema de transporte brasileiro, Francisco Oliveira, a questão não é tão difícil assim. “Segundo os fabricantes, até 20% de biodiesel não exigiria mudanças nos motores. Caso se utilize uma proporção maior, seria necessário fazer ajustes e as empresas poderiam combinar isso com os fabricantes”. Para ele faltam iniciativas, tanto do poder público em incentivar a produção do biodiesel, quanto das empresas em se comprometer a usá-lo.



Sistema de ônibus híbridos, com motores elétrico e a diesel, é a aposta para reduzir poluição atmosférica em Curitiba

FOTO: SMC / CURITIBA

FOTO: AGÊNCIA MINAS



Hora de produzir

Dos mais de 2,7 milhões de toneladas de biodiesel fabricadas no país em 2011 (dado mais recente da ANP), cerca de 2,1 milhões vieram da soja. Como ela é uma cultura abundante e mais bem estabelecida em relação às outras, se tornou a principal fonte. O problema é que o preço da soja tem crescido no mercado internacional e os pesquisadores procuram alternativas, como a macaúba, palmeira típica de Minas Gerais. Sua produção ainda não é significativa e os especialistas esperam domesticá-la em breve.

Interesse nacional

Em 2004 o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Além de estipular uma porcentagem de biodiesel a ser misturada no diesel, a iniciativa tem foco na produção familiar e já envolveu mais de 100 mil famílias no país. Em Minas, o Governo do Estado tem o Programa Pró-Macaúba, que foi regulamentado no ano passado e vem dando apoio a pequenos produtores.



FOTO: AGÊNCIA MINAS

Contatado pela reportagem, o Comitê Municipal sobre Mudanças Climáticas e Ecoeficiência alegou que, desde 2011, foi divulgado o Inventário de Gases, e também vem sendo elaborado o Plano de Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa, cujo orçamento é de R\$ 308.780. A previsão é que ele seja lançado em maio deste ano e, de acordo com o Comitê, a meta de redução de 30% das emissões em quatro anos deve ser revista.

UMA QUESTÃO DE SAÚDE

Quando o assunto é diminuir os impactos ambientais dos transportes não há resposta única. Trem, ônibus, metrô são opções que devem coexistir para diminuir o uso de carros. “No longo prazo, a tendência mundial vai ser de motores elétricos. Mas ainda teremos um caminho longo para chegar lá, que vai passar pelo biocombustível”, ressalta o Diretor Regional da Associação Nacional de Transportes Públicos em Minas, Ricardo Ladeira.

Produzidos a partir de organismos vivos, como milho, soja e cana-de-açúcar, ou rejeitos orgânicos, os biocombustíveis permitem a reabsorção de parte do gás carbônico liberado em sua queima. Isso ocorre por causa da fotossíntese das plantas utilizadas em sua produção durante o período de crescimento. Um dos biocombustíveis mais conhecidos é o etanol, utilizado no país a partir da década de 1970. Desde 2004, outro biocombustível ganha a atenção de pesquisadores e do Governo Federal [conferir Box]: o biodiesel. Ele pode ser produzido com diferentes matérias-primas, como soja, girassol, óleos de animais e cana-de-açúcar.

Ao produzir menos impacto ambiental, esses combustíveis contribuem para a melhoria da saúde. A poeira emitida na queima dos combustíveis fósseis pode trazer problemas, como alergias e inflamações respiratórias [ver Box]. Segundo o coordenador do Manuelzão e professor do Departamento de Medicina Preventiva e Social da UFMG, Antonio Leite, já há estudos relacionando a poeira à incidência de problemas cardíacos e de baixo peso de bebês.

O problema é que, por gerar poluição difusa no ar, os efeitos das emissões não têm como ser evitados. Por isso, a melhor solução é reduzi-las. A Fundação Getúlio Vargas realizou um estudo nas seis maiores cidades brasileiras, inclusive BH, e fez a projeção de que, com os 5% de biodiesel misturados ao diesel, houve 12.925 internações hospitalares a menos no país por causas respiratórias. O estudo projeta ainda que, com porcentagem de 20%, essa redução seria de 77.672 em todo o país. Realidade que, pelo visto, ainda está longe de Belo Horizonte. ●

Principais gases poluentes

Dióxido de Enxofre (SO₂)

Gás de cheiro forte, semelhante ao gás produzido na queima de palito de fósforo.

Efeitos: produz irritação, desconforto na respiração, agravamento das doenças respiratórias e cardiovasculares. Pode levar à formação de chuva ácida.

Monóxido de Carbono (CO)

Gás sem cheiro, produzido pela queima incompleta do carbono presente nos combustíveis, que são a maior fonte de emissão de CO.

Efeitos: dores de cabeça, desconforto, cansaço, palpitações, vertigem e diminuição dos reflexos. Em ambiente fechado, pode levar à morte.

Óxidos de Nitrogênio (NO_x)

Gás marrom avermelhado com forte odor e muito irritante.

Efeitos: aumento da sensibilidade a asma e a bronquite, diminuindo a resistência às infecções respiratórias.

Hidrocarbonetos (HC)

Gases e vapores resultantes da queima incompleta e evaporação de combustíveis e outros produtos voláteis.

Efeitos: diversos hidrocarbonetos, como o benzeno, são cancerígenos e mutagênicos. São irritantes dos olhos, nariz, pele e trato respiratório.

Fonte: Feam

Os Chicos do Rio

JORNALISTA E FOTÓGRAFO MINEIROS RESGATAM A HISTÓRIA DE QUEM TEM LIGAÇÃO COM O SÃO FRANCISCO NO PRÓPRIO NOME

MATEUS COUTINHO
Jornalista

“O alagamento de cidades e povoados para a construção de hidrelétricas é uma das mais terríveis formas de agressão psicológica à memória de um povo. O sentimento de quem teve a cidade transformada em ruínas no fundo das águas se assemelha à dor de um pai que tem um filho desaparecido há muitos anos. Ele olha para o horizonte com a insuportável certeza de que o filho está morto, de que não voltará. Mas não tem condições psicológicas para deixar de carregar a esperança de que ele ressuscitará e que aquilo não passa apenas de um pesadelo. É assim que o atingido por barragem pensa na sua velha cidade, no pedaço de sua história destruído de forma tão estúpida.

*Certa vez, um velho morador de Rodelas [município do interior da Bahia banhado pelo Rio São Francisco e que foi alagado na década de 1980 para a construção de uma hidrelétrica], perguntando sobre como poderia explicar a saudade que sentia da sua antiga cidade, sintetizou numa lembrança sertaneja: ‘Saudade, moço. Saudade é vontade de ver de novo’”. Foi de tanto ver o São Francisco em viagens a passeio que o jornalista Gustavo Nolasco decidiu retratar o Velho Chico em toda sua diversidade e amplitude no livro *Os Chicos*, de onde foi retirado o trecho acima.*

FOTO: LEO DRUMOND



FOTO: LEO DRUMOND



“O chapéu de feltro, a boca murcha sempre louca por sorrir; o cinto de couro bem amarrado acima do umbigo e a velha botina fazem de Juca Chico uma lenda viva do rio São Francisco do Sul de Minas. Com um andar arrastado de quase 100 anos de caminhada, ele nunca se cansa. Pelas ruas da pequena São Roque ou rasgando as capoeiras de pé de morro, Juca Chico segue lento, sem deixar cair suor ou aumentar o ritmo da respiração. Saúde de menino. Coisa de dar nos nervos aos parasitas da cidade grande.”

“É do turismo do parque ecológico da Canastra que hoje tira sustento, mas é dos tempos em que o parque era formado por fazendas que ele sente saudade. Não esconde uma ponta de aperreio quando lembra das queimadas que o parque nacional sofre todos os anos. Para ele, não basta cercar a terra, tirar o vaqueiro e decretar o proibido. E é novamente do concordar que tira a certeza de que não é assim que vão preservar a natureza da nascente do São Francisco. ‘A mãe sempre perdoa. Os homens, às vezes; mas a natureza nunca perdoa’”.

A obra, produzida em parceria com o fotógrafo Leo Drumond, ganhou o prêmio Jabuti no ano passado na categoria Fotografia. Nolasco, que aos 17 anos já começou a viajar pelas cidades ao longo da Bacia do São Francisco em suas férias, decidiu retratar o Rio da forma que lhe pareceu mais fiel: pelas histórias dos ribeirinhos que vivem próximos ao Velho Chico. Em 2007 os dois elaboraram o projeto do livro e conseguiram recursos do Ministério da Cultura. A partir de então, eles viajaram duas vezes ao longo de 2.700 km da Bacia em um período que totalizou quase 100 dias de viagens e 60 personagens entrevistados até o lançamento do livro em 2011.

Os números surpreendem, mas ainda não dão a dimensão da proposta de Gustavo e Leo: retratar somente as pessoas de nome Francisco ou Francisca. “As comunidades ao longo da Bacia são completamente diferentes,

e ficam todas em um Rio só. Por isso tivemos a ideia de lançar o desafio, como uma homenagem”, explica Nolasco. Para ele existem apenas duas coisas em comum nas populações ribeirinhas do São Francisco: sua proximidade com o Rio e o amor que elas têm pelo Velho Chico. “Nada mais bonito para demonstrar o amor por algo do que dar o nome ao filho de uma coisa que ela gosta, por isso pensamos nos Franciscos”.

E não faltaram Chicos e Chicas para mostrar as várias faces do Rio que atravessa cinco estados. Desde os três casamentos do quase centenário Juca Chico, de São Roque de Minas [MG], até as palavras de Chico Poeta, de Penedo [AL], que não sabe nadar, o Rio leva muito mais que peixe. E o livro teve até “madrinha” que ajudou a encontrar boas histórias: “Antes da viagem criamos o blog e tivemos grande retorno das pessoas, inclusive da Sonia



FOTO: LEO DRUMMOND

“É deste cânion de águas paradas e peixes pequenos que Francisco Odilon da Silva, há 20 anos, tira o pescado para levar à feira de Delmiro Gouveia, em Alagoas, e apurar o ‘dá de comê’ à família. Uma realidade de nenhuma fartura e muita procura: ‘Lá no alto é pouca, mas muito olho’. Só na colônia de pescadores Z-26 são 300 associados das cidades de Paulo Afonso/BA, Delmiro Gouveia/AL, Olhos D’água do Casado/AL e Piranhas/AL. Todos se arrastando e lançando redes para pegar peixe pequeno. Os surubins e tubaranas agora só ficam no fundo das águas do cânion, a 60, 80, 100 metros de profundidade. Lugarzinho impossível para as redes dos pescadores, que precisam se contentar com os pequenos”.

Confira histórias como essa do livro no site do projeto “Os Chicos”: <http://www.oschicos.com.br/blog/>.

Lucena, de Maceió, que movimentou o Alagoas inteiro para procurar um personagem e virou uma grande amiga nossa depois”.

Ao todo foram publicadas 3 mil unidades da coletânea de histórias, que inclui um livro de prosa e outro de fotografias. Gustavo e Leo doaram 2 mil para os personagens e os municípios por onde passaram. Os autores pretendem ainda fazer mais uma edição, sem previsão para ser publicada. Mesmo com o reconhecimento do livro no prêmio Jabuti do ano passado, Nolasco admite que a experiência o deixou decepcionado quanto a situação do São Francisco e sua população ribeirinha.

Ao se aprofundar nas histórias e problemas políticos ao longo da Bacia, o jornalista percebeu como os Chicos e Chicas ainda estão longe de serem ouvidos pelas autoridades: “A situação é infinitamente pior do que imaginava, isso me deixou mais pessimista. Quem cuida do Rio, os políticos que falam dele, não conhecem bulhufas, não sabem nada daquilo ali”, lamenta. Ainda assim ele nutre a esperança de que, com o seu livro, as pessoas possam despertar seu interesse pelo São Francisco e conhecer de perto a realidade de lá. Afinal de contas, motivos para sentir saudades o Velho Chico tem de sobra. ●



FOTO: LEO DRUMMOND

Entre muitas histórias no livro, está a de Dona Francisca, do quilombo Buriti do Meio, no Norte de Minas

Sem plano B

SOB RISCO DE PERDER VERBAS FEDERAIS, ÚNICA SAÍDA PARA AS PREFEITURAS É TER PRESSÃO AO DEFINIR PROPOSTAS DE SANEAMENTO BÁSICO

VICTOR VIEIRA
Jornalista

Uma torneira de recursos da União pode secar para os municípios sem plano de saneamento depois de dezembro de 2013. O recado vindo de Brasília é claro: quem não apresentar estes documentos até o prazo perde o direito a financiamento federal em áreas estratégicas, como tratamento de esgoto e drenagem pluvial. A exigência da Lei 11.445 de 2007, que também prevê o Plano Nacional de Saneamento Básico, tem obrigado centenas de prefeituras a correr contra o calendário. Entre as dificuldades das administrações municipais estão o baixo orçamento, a falta de profissionais e capacidade técnica, além de desinteresse político.

O limite de entrega dos documentos já foi prorrogado – antes era dezembro de 2010 – e, pressionadas pelo tempo, as prefeituras acionam parceiros diversos. ONGs, universidades, companhias de saneamento, comitês de bacia hidrográfica (CBHs) e associações microrregionais são exemplos. “Governos estaduais, como em São Paulo e Santa Catarina, contrataram empresas para fazer lotes de planos. Isso reduz a capacidade de enxergar questões particulares”, avalia o professor do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFMG, Leo Heller. O Governo de Minas tem organizado capacitações para gestores e técnicos. [ver Box].

O Ministério das Cidades – no caso dos municípios maiores – e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) – para os com menos de 50 mil habitantes – oferecem ajuda financeira para as prefeituras efetuarem o planejamento. Desde 2006 a Fundação celebrou convênios em 643 municípios – 58 em Minas, estado com maior volume previsto de verba. Dos R\$ 11,67 milhões em repasses para os mineiros, a Funasa já pagou 26,3%.

De acordo com o presidente da Funasa, Gilson Queiroz, não há expectativa de esticar novamente o prazo. Após a data, surge a possibilidade de que bons projetos no setor não sejam contemplados pela inexistência de planos. “Somos impedidos legalmente de dar o dinheiro”, explica Queiroz. A Associação Mineira de Municípios pretende encaminhar pedido formal de adiamento ao Governo. Segundo o último censo do IBGE, menos de 14% das cidades tinha plano de saneamento em 2011.

PARA ALÉM DAS TUBULAÇÕES

Soluções que extrapolem o tempo de mandato são demandas da legislação de saneamento. As ações – para abastecimento de água, drenagem, esgoto e resíduos sólidos – são para prazos curtos, médios e longos, de até vinte anos, com revisões quadrienais. A titularidade des-



FOTO: AÉLICA MINAS

Planos de saneamento devem apontar ações estratégicas em setores como coleta de esgoto e drenagem pluvial

Outros parceiros

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru) tem oferecido oficinas de capacitação para elaborar planos de saneamento. São doze oficinas curtas feitas com grupos de cidades da mesma região do estado, desde agosto de 2012 até junho deste ano. Segundo a assessora especial da Sedru, Edicleusa Veloso, muitas prefeituras ainda desconhecem as exigências da Lei de Saneamento. A Funasa também fechou acordo com o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Minas para capacitar cem municípios em três módulos teóricos acompanhados de prática. O resultado final será o documento pronto e, se der certo, a iniciativa será replicada no resto do país.

PAC do saneamento

Pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, foram disponibilizados R\$ 40 bilhões para saneamento. No entanto, de acordo com estudo do Instituto Trata Brasil que monitorou 101 projetos, menos de 5% das obras de saneamento da 1ª etapa do PAC foram concluídas até 2010. Na 2ª fase do pacote de investimentos, iniciada em 2011, há mais R\$ 45 bilhões para o setor. O último balanço do PAC 2, de setembro, mostrou que menos de 22% dos projetos de saneamento selecionados nesta etapa estão em obras.

tes documentos é municipal porque as prefeituras estão mais próximas para identificar problemas e soluções, adequadas à realidade rural ou urbana. De acordo com o professor Leo Heller, o orçamento da prefeitura não é decisivo no resultado final e as escolhas metodológicas – que devem ser bem discutidas com a sociedade – têm mais peso na versão final.

Na opinião de especialistas, a abordagem tem sido mais tecnicista do que estratégica. Os planos não devem se limitar a interceptores e motores hidráulicos, mas apontar ações flexíveis, baseadas em cenários e que sirvam de desenho para políticas públicas. “É a diretriz da legislação nacional e não temos visto planos nesta perspectiva”, diz Heller. Enxergar as relações entre saneamento, preservação ambiental e saúde pública, sobretudo na prevenção de doenças, ainda é um desafio em parte dos trabalhos.

Para Leo Heller, o perfil das propostas é conservador. Novos paradigmas disseminados no meio acadêmico – como a adaptação do saneamento às mudanças climáticas e o manejo de águas pluviais sem canalização – ainda estão em falta. Embora a legislação permita consórcios intermunicipais, usuais para saúde e lixo, são raras as iniciativas de planejamento integrado no setor.

OBJETIVOS COMUNS

Para a Bacia do Velhas a oportunidade é de consolidar projeções para a Meta 2014. Os pontos mais críticos em poluição por esgoto estão na Região Metropolitana de Belo Horizonte, nas Bacias do Arrudas e do Onça. A soma de contaminações na área do Ribeirão da Mata também compromete a qualidade da água. “É importante que os municípios se sintonzem com o Plano Diretor da Bacia do Velhas”, ressalta o coordenador do Projeto Manuelzão, Thomaz da Matta Machado.

O planejamento de Sete Lagoas será custeado com R\$ 670 mil via PAC 2. Segundo o Serviço Autônomo de Água e Esgoto da cidade, o processo licitatório para contratar a elaboração do plano está suspenso devido a troca de governo, obstáculo recorrente no país. Em Ma-

tozinhos, o problema é pior. O novo secretário de Planejamento, André Gonçalves, conta que ainda nem houve tempo para discutir o assunto, deixado perto do zero pela gestão passada.

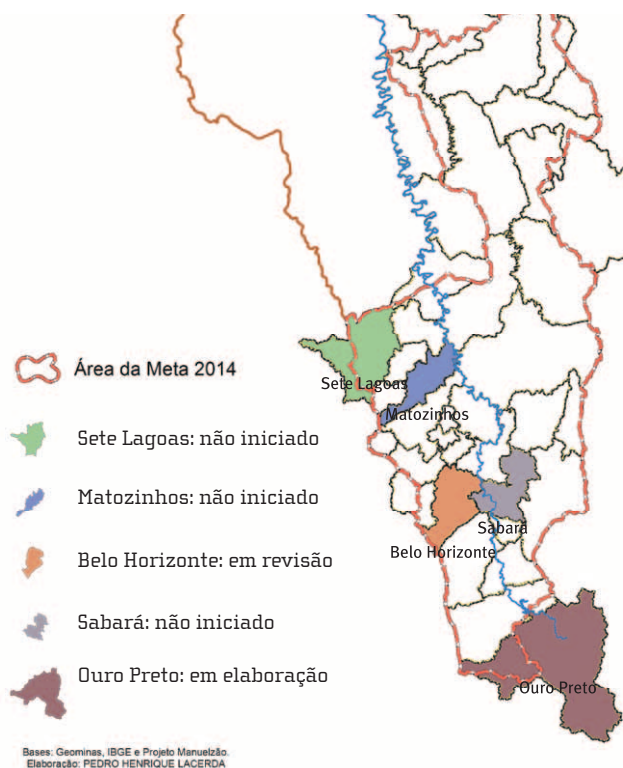
O plano de saneamento de Sabará, outros dos gargalos para a Meta 2014, pouco saiu do lugar e se espera o resultado do edital lançado pelo CBH Velhas para contratar uma empresa responsável. A boa notícia é que a Copasa investirá R\$ 100 milhões no sistema de esgoto da cidade a partir de abril (ver p. 23). O plano de BH existe desde 2004, antes da lei federal. Sua última revisão foi aprovada no Conselho Municipal de Saneamento em janeiro deste ano e aguarda publicação.

UMA MÃO DOS COMITÊS

O dinheiro cobrado pelo uso dos recursos hídricos na Bacia do Velhas vai contribuir nos planos de saneamento da região. A Deliberação Normativa 06/2011, aprovada no Comitê, estabeleceu critérios para escolher cidades ou autarquias municipais que desejem apoio financeiro nestes programas de saneamento. Ouro Preto, onde fica a nascente do Rio, foi a primeira selecionada.

“Os planos são bem caros. É difícil fazer com verba própria”, diz a engenheira ambiental do Serviço Municipal de Água e Esgoto de Ouro Preto, Tallita Costa. A AGB Peixe Vivo – agência de bacia do CBH Velhas – organizou a licitação. Desde maio de 2012, a empresa vencedora é acompanhada pelo grupo consultivo com representantes do poder público municipal, do CBH, além dos conselhos de saúde e saneamento.

Planos municipais de saneamento





Em Contagem e em outras cidades da Bacia do Velhas, planos de saneamento devem se sintonizar com Meta 2014

O plano, orçado em R\$ 830 mil, está na segunda fase de elaboração, de oito etapas previstas. A expectativa de término é no meio deste ano, mas pode haver ajustes no cronograma. “O diagnóstico é complexo porque há redes subterrâneas antigas e de cobre”, conta Tallita. Para a consulta pública, requisito da legislação, haverá seis audiências no perímetro urbano e sete na zona rural.

Itabirito é a próxima a arregaçar as mangas – o edital foi encerrado e a contratação da responsável pelo planejamento está quase definida. Em janeiro de 2013 foi aberto o edital que selecionará um encarregado dos planos de quatro municípios – Caeté, Sabará, Nova União e Taquaraçu de Minas. Segundo o diretor técnico da AGB Peixe Vivo, Alberto Simon Schwartzman, a opção por uma empresa para os quatro deve baratear e facilitar o trabalho. Na fila de espera, há sete prefeituras – Baldim, Jaboticatubas, Presidente Juscelino, Santana do Pirapama, Santana do Riacho, Corinto e Morro da Garça.

AJUDA POLÊMICA

Em vários casos a responsabilidade de fazer os planos foi dividida entre prefeituras e companhias estaduais de saneamento – como a Copasa, em Minas, e a Sabesp, em São Paulo. Com informações sobre as redes de água e esgoto onde são concessionárias, até mais precisas do que os bancos de dados das prefeituras, as companhias podem começar em vantagem. Entre as atendidas pela Copasa, que oferece apoio técnico gratuito, estão Arcos e Pará de Minas, ambas na Bacia do São Francisco.

A colaboração, no entanto, desagrade parte do setor. Segundo o consultor da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, João Batista Peixoto, é preciso analisar como o serviço é gerido e se há alternativas. “A Copasa não faz essa avaliação; quer planos para ter contratos”. Dos 853 municípios mineiros, a companhia tem concessões de água em 624 e pretende expandir a cobertura de esgotamento sanitário, hoje em

apenas 239 cidades.

Os controversos documentos feitos pela Copasa têm formato padrão e são preenchidos com dados de cada município. O risco, apontado por especialistas, é que sobre pouco espaço para incluir especificidades ou sugestões da população. “São arremedos de planos”, critica João Batista. Outra queixa é o foco apenas nas questões de água e esgoto, em que a empresa tem interesse direto.

A companhia alega que está aproveitando o período – em que várias concessões das décadas de 1970 e 1980 devem ser renovadas – para ajudar as prefeituras. “Como operadora do serviço, a Copasa não acessa recursos [federais] se não houver plano. Sem ele, o contrato [de concessão] é nulo”, esclarece o chefe do Departamento de Novos Negócios da Copasa, Cláudio Dotti. Ele salienta que a lei não obriga que todos os eixos sejam tratados de uma vez e há possibilidade de completar o trabalho posteriormente.

O modelo sucinto é defendido. “Não precisamos de planos bonitos, mas práticos e objetivos. Usamos dados que o município já tem”. Segundo ele, as propostas são sustentáveis: pelo cálculo da tarifa ao usuário, são eleitas as tecnologias com melhor custo operacional. Para Dotti, as metas da companhia em novos contratos têm sido até mais audaciosas que as da lei. “Em três anos universalizar o abastecimento de água e, em cinco, a [coleta] de esgoto”. ♦

Para todos

O Plano Nacional de Saneamento Básico prevê 98% de abastecimento de água potável, 88% de esgoto tratado e 100% de coleta de lixo em todo o país até 2030.



Metade dos municípios brasileiros não tem sistema de coleta de esgoto

Soma de forças

TRABALHO COMUNITÁRIO É ESSENCIAL PARA O RESGATE DA SAÚDE E IMPORTÂNCIA DO CÓRREGO CAPÃO

EDUARDA RODRIGUES
Estudante de Comunicação Social da UFMG

Dentro da sala de aula, uma professora conversa com os alunos sobre Bacia Hidrográfica. Ela quer saber deles se existe algum rio na região da escola. Um dos garotos, com seus 10 anos, logo se pronuncia: “Não, professora, aqui só passa esgoto”. O que essa criança considera esgoto é, na verdade, o Córrego Capão, um curso d’água que enfrenta como maior problema a falta de saneamento básico dos bairros Céu Azul, Venda Nova e Piratininga, na região norte de Belo Horizonte.

Diante dessa situação preocupante, duas professoras e também irmãs, Roseli e Renata Correia, viram que era necessário firmar parcerias e levar a discussão ambiental, iniciada na Escola Municipal Aduino Lúcio Cardoso, para toda a comunidade. Depois de um extenso trabalho realizado entre 16 escolas municipais e estaduais para resgatar a identidade do Córrego, foi o momento ideal para a formação de um Núcleo Manuelzão.

Um futuro melhor para essas águas e para a população que vive perto delas pode não estar tão longe de se tornar realidade. A Copasa já concluiu a colocação de interceptores de esgoto ao longo do leito e existe um projeto da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) para a revitalização da área. Mas muita coisa ainda está por fazer e a mobilização social, incentivada pelo recém criado Núcleo do Córrego Capão, é peça-chave para o avanço das obras e para a recuperação da região.

CONSTRUINDO JUNTOS

Em 2011, Renata e Roseli se juntaram ao líder comunitário Messias da Vila – como gosta de ser chamado por causa de seu grande envolvimento com a Vila Nossa Senhora Mãe dos Pobres, onde nasce o Capão – na mobilização pelo Córrego. Os alunos do primeiro ao terceiro ciclo da rede municipal de ensino da região passaram a integrar uma iniciativa chamada Escolas da Bacia. “Levando para fora da sala é mais fácil trabalhar conceitos interdisciplinares com os alunos. O menino olha o ambiente e consegue aplicar o que aprendeu. Na beira do Córrego ele entende o que é bacia, nascente, foz”, relata Roseli Correia.

O projeto envolveu o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História da Faculdade de Educação da UFMG e buscou estabelecer um sentimento de pertencimento em relação ao Córrego por meio do trabalho socioeducativo. O envolvimento das crianças e de seus pais com atividades que reforçavam a importância do cuidado com os rios foi fundamental para estimular a movimentação social em prol do Capão, que começou em 2001.

Na necessidade de avançar na mobilização, as professoras enxergaram o Projeto Manuelzão como possível parceiro. “Conscientização a gente já faz há muito tempo, mas partir para a ação, a escola não consegue sozinha. Porque ela [a escola] remete a outras instituições públicas e acaba ficando presa”, aponta Renata. A entrada do Manuelzão deve garantir respaldo maior à iniciativa para futuras articulações.

No final de 2012, o Manuelzão iniciou o diálogo com a comunidade para informar sobre a criação do Núcleo. O primeiro encontro, realizado para traçar um plano de ação, aconteceu no dia 31 de janeiro de 2013. A principal meta é encontrar mobilizadores que possam representar ativamente o interesse da Bacia do Capão, e que sejam pontos de apoio do Projeto. A educadora Lísia Godinho, responsável pela educação ambiental do Manuelzão, conta que o trabalho em um Núcleo é longo e demorado, mas traz resultados quando encontra lideranças na comunidade.

Messias acredita que a mobilização está na direção certa. “Não é só a Roseli e a Renata que têm que fazer esse trabalho, não é só o Messias. É trabalho de todos na comunidade. Já fizemos uma grande transformação pela mobilização. Quero ver não só o Córrego bonito. Quero ver as praças, o transporte, tudo funcionando.



FOTO: EDUARDA RODRIGUES

Apesar dos esforços da mobilização, resíduos continuam sendo jogados ao redor do Córrego



Açude construído por moradores do bairro Céu Azul, na região norte de BH, aproveita o potencial hídrico da região

PELO CAMINHO

Ao longo do leito do Córrego Capão, há lixo e mato. Mas também há casas e pessoas em meio ao cenário de descaso, que já é antigo. Segundo Messias, o Córrego está degradado há aproximadamente 20 anos. E ele acompanha os problemas que afetam a população durante esse período. “Falta saúde, lazer e dignidade”, reclama.

O Córrego nasce no bairro Céu Azul e deságua no Córrego Vilarinho, afluente do Ribeirão do Onça. Também conhecido como Córrego Navegantes, por causa do aumento do volume de água na época de chuvas, o Capão vive hoje uma realidade diferente.

O depósito de todo tipo de resíduos nas margens, principalmente na área das nascentes, leva para dentro do Córrego desde lixo doméstico até restos construção civil. Como o trabalho de recolhimento do material pela Prefeitura é caro, boa parte do lixo de obras particulares do entorno, segundo os vizinhos, termina no leito. As pessoas reconhecem que a culpa pela degradação não está somente na destinação inadequada do esgoto. É também pela falta de cuidado dos próprios moradores.

OBRIGAÇÕES PÚBLICAS

Ainda reivindicadas pela comunidade, as obras de urbanização do Capão aparecem como concluídas nos registros do Orçamento Participativo da Prefeitura de

Belo Horizonte (PBH). De acordo com os documentos, o projeto foi executado entre 2001 e 2004 e custou quase R\$ 700 mil. O Capão também está listado no *Programa de Recuperação Ambiental de BH*, da Prefeitura, mas não há progresso das obras nem nova previsão de recursos.

Além da canalização do Córrego – que não resolverá os problemas na área e pode aumentar o risco de enchentes – os planos de urbanização da PBH preveem a drenagem e construção de uma avenida sobre parte dele. Esta será chamada de Via 220 e fará parte do programa *Corta-Caminho*, pensado pela Prefeitura para melhorar o trânsito de alguns pontos da capital. O investimento total deve superar os R\$ 100 milhões e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal.

A companhia garante que as obras foram concluídas e os interceptores já estão funcionando desde outubro de 2012. Para eliminar os lançamentos indevidos no Córrego e direcioná-los para a Estação de Tratamento de Esgoto Onça, a empresa investiu cerca de R\$ 4 milhões na implantação de 3.350 metros de interceptores na margem direita do Córrego. Na margem esquerda, investiu R\$ 3,8 milhões na implantação de 2.958 metros de interceptores.

Ao caminhar pelas imediações do curso d'água, a impressão é que nenhum assunto está encerrado. É possível enxergar os interceptores, entretanto também se percebe o aspecto pesado do Córrego, que atrai ratos e outros animais causadores de doenças, e se sente o mau cheiro do esgoto ainda despejado ali.

A moradora do bairro Céu Azul, Lucimar Hipólito, espera agilidade no programa de saneamento básico da Copasa e nas obras de recuperação da Prefeitura porque conhece a realidade do Córrego. “Tem muitos anos que a gente escuta a mesma história sobre as obras. Eles dão uma mexida [no Córrego] e depois param. Fica a mesma coisa”, denuncia. ◆

FOTO: EDUARDA RODRIGUES



Messias da Vila (de boné branco) acredita que a mobilização é essencial para resolver problemas, que duram mais de 20 anos

Preços da Transposição

ONEROSO E MAL PLANEJADO, PROJETO NO RIO SÃO FRANCISCO SE CONFIRMA COMO UM ERRO DO GOVERNO FEDERAL

VICTOR VIEIRA
Jornalista

Com a pior estiagem das últimas décadas, o horizonte do sertão nordestino se perde em carcaças, galhos secos e rachaduras. O abandono de máquinas e os canais vazios mostram que a promessa de água fracassou – e deve falhar mesmo se o projeto ficar pronto. Prevista para terminar em 2012, a polêmica Transposição do Rio São Francisco, mais robusto plano de infraestrutura do país, deve atrasar três anos. Irregularidades se multiplicam desde o canteiro de obras até os cofres do Governo Federal: o custo de R\$ 4,5 bilhões quase dobrou em relação ao orçamento de 2007 e pode quadruplicar segundo cálculos mais pessimistas.

De acordo com o balanço do Ministério da Integração Nacional (MI) em dezembro, nem metade da Transposição foi concluída até agora. Os trabalhos fragmentados entre 90 construtoras, a burocracia para desapropriações e a ausência de títulos de terra são apontados como entraves pelo Governo. O envolvimento da construtora Delta em denúncias de corrupção e tráfico de influência em 2012 também prejudicou um dos lotes do Eixo Norte. A Secretaria de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que o ritmo lento e os gastos extras são frutos do mau planejamento – menos de 1% da verba foi para a elaboração do projeto básico, o que levou à necessidade de contratar serviços adicionais.

Para o coordenador do Projeto Manuelzão e membro do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco, Marcus Vinícius Polignano, a transposição está equivocada desde o princípio e não eliminará a

escassez de água nos rincões do semiárido. As alternativas, como açudes e cisternas, precisam ser mais exploradas. Em entrevista para a Revista Manuelzão, ele argumenta que problemas ambientais, sociais e econômicos foram negligenciados e toda a Bacia vai pagar o preço pela intervenção. “Comparamos as obras à transfusão de sangue de um paciente moribundo. Não é possível tirar água de um rio tão degradado”.

DE MAL A PIOR

“O São Francisco já tem a vazão bastante comprometida pelo processo histórico de degradação na Bacia. Em grande parte das áreas dos afluentes, houve contaminação e desmatamento. Além das estiagens cíclicas, a vazão é comprometida pela geração de energia e pelos projetos de irrigação, sobretudo na Bahia. A retirada da água na Transposição prejudica ainda mais a vazão do Rio. Para compensar, o Governo Federal tem proposto a construção de barragens, principalmente em Minas, onde os afluentes têm maior quantidade de água. Estes rios são importantes para as populações que vivem deles e para a biodiversidade, até por serem berçários de espécies de peixes. Temos tentado avançar na discussão de uma vazão ecológica, que mantenha a vitalidade do Rio independente das ações antrópicas. O discurso que se faz de revitalização junto da Transposição não é verdadeiro. As verbas para recuperar o Rio [no *Programa de Revitalização*] têm sido minguadas.”



FOTO: ASLEY RAVEL

SEM NORTE

“Cada lugar do semiárido possui características de solo e níveis de precipitação diferentes; não é homogêneo. É preciso entender essa complexidade para apontar soluções de uso da água. Por enquanto os principais problemas das obras foram no Eixo Norte [que deve levar canais de água até Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte], onde se desconhecia o terreno que tem solo mais resistente e maior dificuldade de abertura do canal. Desde 2007 [quando o Projeto Manuelzão organizou a Caravana em Defesa do Rio São Francisco e do Semiárido contra a Transposição], já alertávamos que custaria mais de R\$ 4 bilhões, o que se comprova agora. Foi mal arquitetado e elaborado. Colocaram muitas ações em cima de pré-projetos e, na execução, era muito diferente do que se pensava. Além de orçada em patamar abaixo do real, houve falhas de planejamento que encareceram a obra – mau uso do recurso público.”



FOTO: ADALBERTO MARQUES/MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Com atraso das obras, conclusão do Eixo Norte está prevista para 2014 e do Eixo Leste para 2015

CANAIS DA ILUSÃO

“Do ponto de vista social, há o argumento de que este projeto acabaria com a seca no Nordeste. É uma falácia: a Transposição não será a redenção do semiárido e do nordestino. O que está sendo feito é um canal com o objetivo de transpor a água do São Francisco para outros rios menores da Bacia. Mas isso é feito ponto a ponto. Como a área seca é grande, não é possível abastecer a população dispersa neste semiárido. O canal não tem capacidade de distribuir a água e a maior parte das pessoas não será favorecida. No Eixo Norte, por exemplo, a expectativa é que beneficie grandes empreendimentos do agronegócio e o pequeno produtor não terá vantagens. Há experiências catastróficas de transposições no mundo. O Mar do Aral [ver Box] praticamente secou. Não se respeitou a dinâmica ecossistêmica para fazer canais de irrigação e hoje a região está deserta, com embarcações abandonadas”.

Lição asiática

O Mar do Aral é um lago de água salgada entre o Cazaquistão e o Uzbequistão. Até a década de 1960 a Bacia do Aral compreendia quase 5 mil lagos e tinha área equivalente aos estados de Sergipe e do Espírito Santo juntos. Após a retirada de água dos afluentes, feita sem planejamento pelo governo soviético para irrigar lavouras de algodão, o Mar do Aral quase desapareceu. Com a alta salinidade, os peixes sumiram e o solo ficou imprestável para a agricultura.

VAZÃO DE MEGAWATTS

“Quem controla hoje a vazão do São Francisco não é o ciclo natural das águas, mas as hidrelétricas. Em períodos de grande estiagem, a tendência é fazer retenção de água para manter os reservatórios em ponto máximo de geração de energia. O Baixo São Francisco é o mais prejudicado por esta política. Em Penedo [em Alagoas, na região da foz], há grandes bancos de areia no leito do rio e este quadro pode ser agravado. Qualquer expectativa de mais geração de energia não poderá ser concretizada. Dentro do nível possível de outorga [para uso da água], a Bacia já está quase no máximo. A prova disso é que o Governo Federal estuda a criação de uma usina nuclear no Nordeste”.

POSTURA COMBATIVA

“O Comitê de Bacia do São Francisco tem mantido posicionamento crítico em relação ao projeto. O CBH cobra do Governo Federal, da Agência Nacional de Águas e dos governos estaduais ações de revitalização. Nossa tentativa é trazer mais conhecimento técnico e científico para que as decisões tenham compromisso com a verdade e não apenas com discursos políticos evasivos. O Comitê fez também uma Deliberação Normativa [DN. 40/2008] colocando diferentes valores de outorga para a água. Quando é para consumo humano, o valor é reduzido sensivelmente. Quando é para grandes empreendimentos, como os do agronegócio, a cobrança aumenta.” ●

Números da Transposição

43% – Índice de conclusão das obras

R\$ 8,2 bilhões – Custo total estimado

878.973 km² – Área do semiárido nordestino

168 – Número de afluentes do São Francisco

26,4m³/s – Perda estimada de vazão do Rio

R\$ 127 milhões – Investimento feito em recuperação e controle de processos erosivos da Bacia

Fontes: MI e TCU (2012)

Acontece

De olho nos recursos

A Copasa assumirá a partir de abril o esgotamento sanitário de Sabará, uma das regiões mais poluídas da Bacia do Velhas e foco da Meta 2014. A Companhia, que tinha permissão apenas para o serviço de abastecimento de água no município, assinou contrato com a Prefeitura e assegura investimento de R\$ 100 milhões para a melhoria do sistema de esgoto. O projeto prevê a implantação de 28 mil metros de redes coletoras e 45 mil metros de redes interceptoras ao longo dos rios e córregos do município.

É calculado que com a construção da Estação de Tratamento de Esgoto, no bairro Borba Gato, será possível coletar e tratar cerca de 32 milhões de litros de efluentes por dia, que hoje são jogados no Rio das Velhas. A expectativa é atender quase 120 mil pessoas na cidade e em áreas próximas, como os distritos de Ravena, Sobradinho e Roças Grandes.

O Governo de Minas destinará verbas bem magras para a Meta 2014. São previstos até o ano que vem apenas R\$ 9,1 milhões para a despoluição da Lagoa da Pampulha, erradicação dos lixões, recuperação de áreas ambientais degradadas, combate à poluição difusa, além da ampliação da coleta e tratamento de esgoto. O montante representa só 0,32% do pacote de investimentos de R\$ 28 bilhões no estado, anunciado para os próximos dois anos.



Despoluição do trecho do Rio das Velhas em Sabará é fundamental para a Meta 2014

FOTO: MARCELO ANDRÉ/ARQUIVO PROJETO MANUELZÃO

Hora de renovar

Após um ano complicado, os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) de Minas passarão por uma importante renovação. Até o dia 30 de junho serão realizadas as eleições dos novos membros e das diretorias de 35 dos 36 CBHs do estado. As novas equipes terão que lidar com as dificuldades enfrentadas atualmente na gestão das águas em um mandato que vai até 2017. É a primeira vez que tantos comitês passam pelo processo eleitoral em um mesmo período, o que aumenta as expectativas quanto à renovação da gestão dos recursos hídricos no estado.

“O processo eleitoral é um momento importante para os comitês, quando os membros são renovados e uma nova diretoria é eleita, ampliando assim a participação ao abrir espaço para novas instituições integrarem o Conselho”, explica a Gerente de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas do Igam, Lilian Domingues. Apenas o CBH Verde Grande, que realizou sua última eleição em 2011, com mandato até 2015, não terá eleição neste ano.

Cadeira no Conama

O Manuelzão conquistou uma vaga no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). O Projeto ocupará uma das onze cadeiras destinadas ao Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas – duas para cada região do país e uma de âmbito nacional. Entre quase 300 organizações aptas a voto e candidatura no Sudeste, o Instituto Guaicuy SOS Rio das Velhas (Manuelzão) representará a região no mandato de 2013 a 2015. O Ministério do Meio Ambiente divulgou em fevereiro o resultado da votação, feita por correio e internet.

Criado em 1981, o Conama tem poder deliberativo e participação social. Entre suas funções, está a discussão de critérios e normas para licenciamento de atividades potencialmente danosas à natureza. No plenário do Conselho há 21 entidades da sociedade civil, além de empresários, instituições das esferas federal, estadual e municipal. Ministério Público e Câmara dos Deputados são convidados, mas sem direito a voto. As primeiras reuniões deste ano são em 21 e 22 de março.

Ajuda extra

Está previsto para o primeiro trimestre deste ano o pagamento da segunda parcela da Bolsa-Reciclagem. O montante é de R\$ 1,5 milhão, repassado pelo Governo de Minas a cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis que fazem segregação, enfardamento e comercialização de papel, papelão e cartonado, além de reciclar plásticos, metais e vidros. Em dezembro de 2012, 56 organizações receberam a primeira parcela da bolsa. O incentivo é proporcional à produtividade e será concedido trimestralmente – 90% do pagamento aos catadores e 10% às cooperativas. Estima-se que 40 mil famílias no estado vivam da coleta de resíduos.

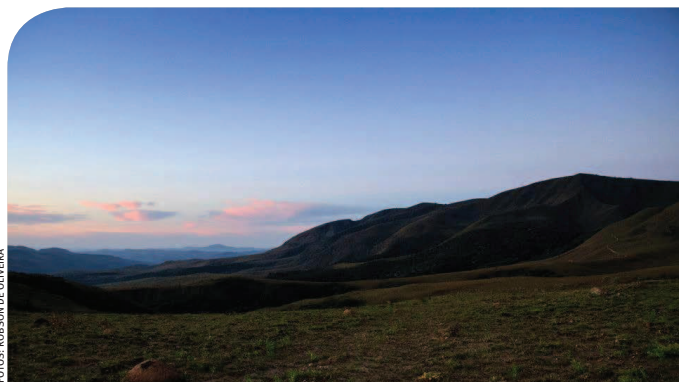
Para ter acesso à bolsa as organizações devem estar cadastradas, manterem os dados atualizados e serem reconhecidas como cooperativa ou associação de catadores de materiais recicláveis pelo comitê gestor do programa. A valorização do trabalho dos catadores é um passo importante para ampliar as redes de coleta seletiva, opção mais adequada para o descarte de resíduos sólidos [Leia mais sobre descarte de lixo na matéria Tá Limpo?, da Revista Manuelzão 67].

Nada bom

Segundo relatório do 3º trimestre de 2012 do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), oito dos 15 pontos de monitoramento do Rio São Francisco apresentam níveis de agentes poluidores acima do tolerado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente. Em vários trechos da Bacia, o Índice de Qualidade da Água foi avaliado como Muito Ruim.

Dos seis parâmetros de análise que ultrapassaram o limite, três tinham violação grave. Em algumas estações a quantidade de fósforo na água era 430% maior que o permitido, o sulfeto ultrapassou em 4400% a taxa aceita e a presença de coliformes chegou a 8900% a mais. O Igam explica que a contaminação vem de esgotos domésticos e industriais, além da agropecuária. A poluição pode causar a morte de peixes e ameaçar a saúde humana.

Também foi observada a ocorrência de uma espécie de cianobactéria potencialmente tóxica nas estações a jusante da cidade de Ibiá, localizada no Norte de Minas Gerais. O Instituto garante, entretanto, que a presença desses organismos, mesmo em densidades elevadas, não deixa necessariamente a água tóxica.



Região da Gandarela é ameaçada por empreendimento minerário da Vale

Futuro da serra

Em janeiro deste ano o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade entregou ao Ministério do Meio Ambiente o projeto de criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela. O documento deve ser encaminhado à presidente Dilma Rousseff e representa um importante passo para a criação da unidade de conservação na área, ameaçada pelas atividades mineradoras.

Uma das principais diretrizes do projeto é preservar a Mata Atlântica — bioma que possui menos de 10% da cobertura original. Além da valorização do patrimônio ambiental, étnico e cultural, o projeto luta pela preservação dos recursos hídricos. A Serra do Gandarela está localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, entre as bacias dos rios Piracicaba e das Velhas, e suas nascentes abastecem os municípios de Caeté, Barão de Cocais, Itabirito, Raposos, Rio Acima e Santa Bárbara.

De acordo com o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela, não serão aceitos recortes na proposta de parque nacional levada ao governo. Caso seja sancionado o projeto, espera-se que a renda e os empregos da região cresçam graças ao turismo nas áreas preservadas.

META 2014

JÁ TEMOS A DATA.
É AGORA, O LOCAL.

Caro amigo,



Nosso sonho de que o
menino da fotografia
possa pular no Velhas está
cada vez mais próximo.

Projeto Manuelzão



3 0 1 8 0 1



No ano passado, o Governo de Minas reafirmou seu compromisso com a Meta 2014, e o nado que deverá comprovar a melhoria da qualidade das águas do

Velhas foi para marcado para o município de Lagoa Santa. O Projeto Manuelzão também reforça seu compromisso com esse trabalho.



MANUELZÃO

UFMG Saúde, Ambiente e Cidadania na Bacia do Rio das Velhas